Diário Oficial da União - Nº 177 - Seção 1 - pág. 61 a 63

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 408ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2016

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes os Membros, Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar: Dr. José Garcia de Freitas Júnior (Coordenador), Marcelo Weitzel Rabello de Souza e o Procurador de Justiça Dr. Clauro Roberto de Bortolli (Suplentes). Aberta a Reunião às 14h30. O Coordenador agradeceu a presença de todos.

1. MANIFESTAÇÕES:

1.1. Processo: Inquérito Policial Militar 63-07.2016.7.12.0012.
Origem: Auditoria da 12ª CJM.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: INQUÉRITO POLICIAL MILITAR. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO, EM RELAÇÃO A HIPOTÉTICO CRIME MILITAR DE FURTO, REJEITADO PELA AUTORIDADE JUDICIÁRIA. SUBTRAÇÃO DE DOIS CARTUCHOS CALIBRE 7,62MM. FURTO ATENUADO. Divergência de opinamento entre integrantes da CCR/MPM. Corrente majoritária, no sentido da possibilidade de aplicação das disposições contidas no § 1º (parte inicial) do art. 240 do Código Penal Militar, considerando a infração como disciplinar, antes do oferecimento da denúncia. Princípio da Proporcionalidade. Arquivamento dos autos. Decisão majoritária.
Decisão: A Câmara, por maioria, vencido o Relator, decidiu determinar o arquivamento, aplicando as disposições contidas no § 1º (parte inicial) do art. 240 do CPM, considerando a infração como disciplinar, antes do oferecimento da denúncia. Princípio da Proporcionalidade.

1.2. Processo: Autos de Prisão em Flagrante 75-33.2016.7.01.0301.
Origem: 3ª Auditoria da 1ª CJM.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: APF. DIVERGÊNCIA ENTRE MEMBRO DO MPM E JUIZAUDITOR SOBRE A APLICAÇÃO DOS INSTITUTOS DESPENALIZADORES PREVISTOS NA LEI Nº 9.099/95. Civil processado na JMU. Impossibilidade de aplicação do disposto no art. 89 da Lei nº 9.099/95, na JMU, haja vista impedimento legal contido nesta mesma Lei (art. 90-A).
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pela não aplicação da Lei 9.099/95 na hipótese de crime militar.

1.3. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000003-04.2016.1303.
Origem: PJM Santa Maria - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DA BASE AÉREA DE SANTA MARIA, DO 1° REGIMENTO DE CARROS DE COMBATE, DO 29° BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO, DO 4° BATALHÃO LOGÍSTICO TODOS DE SANTA MARIA/RS, DO 1° BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES (SANTO ÂNGELO/RS), DO 4° REGIMENTO DE CAVALARIA BLINDADO (SÃO LUIZ GONZAGA/RS), DO 2° REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO, DA 1° COMPANHIA DE ENGENHARIA DE COMBATE MECANIZADA, DA COUDELARIA DE RINCÃO AMBOS DE SÃO BORJA/RS, DO 9° BATALHÃO LOGÍSTICO, DA 11° COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES MECANIZADA, E DO 19° GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA AMBOS DE SANTIAGO/RS. Atendimento das disposições legais atinentes à matéria, com instalações condizentes com suas finalidades, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.4. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000012-88.2016.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DO PARQUE REGIONAL DE MANUTENÇÃO DA 10º REGIÃO MILITAR (FORTALEZA/CE). Adequabilidade das instalações vistoriadas, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.5. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000013-39.2016.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 1º Ofício Geral
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DA BASE AÉREA DE FORTALEZA (FORTALEZA/CE). Adequabilidade das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.6. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000020-56.2016.1202.
Origem: 2ª PJM São Paulo - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DO 5º BATALHÃO DE INFANTARIA LEVE (LORENA/SP). Adequabilidades das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.7. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 000032-26.2016.1501.
Origem: PJM Curitiba - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA DE INSPEÇÃO ANUAL AO XADREZ DO 13° BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO (PONTA GROSSA/PR). Recomendação de elaboração de Plano de evacuação de celas, devidamente elaborado pela Unidade Militar e encaminhado à PJM/Curitiba/PR. Tratamento previsto e dispensado aos presos, consentâneo com Recomendação emanada, no ano de 2010, pelo MPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.8. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 000032-35.2016.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DA ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS (TRÊS CORAÇÕES/MG). Adequabilidade das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.9. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000038-32.2016.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DA 4ª COMPANHIA DE POLÍCIA DO EXÉRCITO (BELO HORIZONTE/MG). Adequabilidade das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.10. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000041-79.2016.1401.
Origem: PJM Juiz de Fora - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA TÉCNICA ANUAL ÀS DEPENDÊNCIAS CARCERÁRIAS DO 4° GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA (SETE LAGOAS/MG). Adequabilidade das instalações vistoriadas, bem como atendimento das disposições legais atinentes à matéria, certificadas pelo Membro Oficiante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1 . 11 . Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000011-67.2016.1701.
Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DO EXÉRCITO. 16º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO - BAYEUX/PB. Atividade extrajudicial da PJM em Recife - 2º Ofício Geral. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça com uma recomendação simples ao Comando da Unidade.
Arquivamento homologado com remessa de cópia à Corregedoria-Geral do MPM.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento, com remessa de cópia à Corregedora-Geral do MPM.

1.12. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000033-56.2016.1701.
Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. 14º BATALHÃO LOGÍSTICO. RECIFE/PE.
Atividade extrajudicial da PJM em Recife - 2º Ofício Geral. Controle externo da Atividade de Polícia Judiciária Militar. Adequação do estabelecimento prisional à legislação vigente destinada aos presos disciplinares e de justiça.
Arquivamento homologado com remessa de cópia à Corregedoria-Geral do MPM.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento, com remessa de cópia à Corregedora-Geral do MPM.

1.13. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000003-26.2016.2201.
Origem: PJM Manaus - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUBOFICIAL DA AERONÁUTICA PROPRIETÁRIO DE CLÍNICA ODONTOLÓGICA. Não cumprimento de direitos trabalhistas. Ausência do crime capitulado no art. 204 do CPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.14. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000014-08.2016.1801.
Origem: PJM Belém - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO CONTRA EXCOMANDANTE DO GRUPAMENTO DE FUZILEIROS NAVAIS DE BELÉM. Constrangimento ilegal. Instauração de IPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.15. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000008-81.2016.2101.
Origem: 2ª PJM Brasília- 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. PRETENSA IRREGULARIDADE NO LICENCIAMENTO DE MILITAR. PEDIDO DE CONTINUIDADE DE TRATAMENTO MÉDICO, EM RAZÃO DE DOENÇA PSIQUIÁTRICA ADQUIRIDA DURANTE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR. Ausência de indícios de prática de delito militar. Eventual irresignação quanto ao ato de licenciamento é matéria cível/administrativa, a ser demandada no foro adequado, por manifestação volitiva do interessado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.16. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000003-53.2016.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. NÃO CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. Instauração de IPM. Perda de objeto. Arquivamento. Homologação.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.17. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000032-87.2016.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO. AJUDA DE CUSTO PARA TRANSPORTE. Instauração de IPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.18. Processo: Notícia de Fato (PI) 000012-27.2016.1601.
Origem: PJM Salvador - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. NOTIFICAÇÃO PARA OITIVA EM IPM. ATRIBUIÇÃO AFETA À POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR, QUE PODE SER DELEGADA À OFICIAL DA ATIVA. Ausência de indícios da prática de delito militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.19. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000006-73.2016.2201.
Origem: PJM Manaus - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA ANÔNIMA. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DISQUE 100. SUPOSTAS AGRESSÕES FÍSICAS E PSICOLÓGICAS A CRIANÇAS. Creche situada no interior do Colégio Militar de Manaus. Diligências do MPM. Ausência de elementos que possam indicar a verossimilhança dos fatos apontados. Inexistência de registros em delegacia de polícia civil ou conselho tutelar. Ausência de indícios de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar a arquivamento.

1.20. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000020-59.2016.1201.
Origem: 1ª PJM São Paulo - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO CONTRA OFICIAL. CONDUTA IMPRÓPRIA. MATÉRIA ADMINISTRATIVA. Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.21. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000016-95.2016.1901.
Origem: PJM Campo Grande - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. MILITAR QUE, EM COAUTORIA COM CIVIL, TERIA PRATICADO DELITO DE LESÃO CORPORAL (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA). Hipotético impedimento da prisão em flagrante do militar, no interior de aquartelamento, por Oficial do Exército. Inexistência de situação de flagrante. Arquivamento dos autos, por inexistência de indícios de crime militar. Decisão homologada.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.22. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000012-54.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DESERÇÃO. COMUNICAÇÃO DE APRESENTAÇÃO VOLUNTÁRIA DE DESERTOR. 3º REGIMENTO DE CAVALARIA DE GUARDA - PORTO ALEGRE/ RS.
Procedimento instaurado no âmbito ministerial face controle externo da atividade da polícia judiciária militar. Caso já judicializado.
Atuação ministerial exaurida. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por maioria de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, impedido o Dr. Clauro Roberto de Bortolli, decidiu homologar o arquivamento.

1.23. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000086-23.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO CONTRA OFICIAL. AUXILIO TRANSPORTE. MATÉRIA ADMINISTRATIVA.
Inexistência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.24. Processo: Notícia de Fato (PI) 000000031-57.2016.1701.
Origem: PJM Recife - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO ENCAMINHADA AO SAC DO MPM, RELATANDO DISPENSA DA MARINHA, POR TEMPO DE SERVIÇO, SEM RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO. Situação que estaria acontecendo com outros ex-militares. Inexistência de qualquer medida para explicitação do acontecido. Possibilidade de busca de dados do representante, junto ao SACMPM, para carreamento de maiores dados à apuração e, a partir daí, aclaramento da situação trazida ao conhecimento do MPM. Arquivamento não homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pela remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça Militar para designação de outro Membro do MPM para a realização de diligências necessárias ao cabal esclarecimento dos fatos.

1.25. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000013-05.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PROCESSO SELETIVO PARA OFICIAL TÉCNICO TEMPORÁRIO. DIFICULDADES PARA RETIRADA DOS DOCUMENTOS ENTREGUES DURANTE A ETAPA DE AVALIAÇÃO CURRICULAR. Diligências do MPM. Ausência de elementos que apontem a necessidade de aprofundamento da investigação. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.26. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000100-16.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Decisão: Retirado de Pauta, por Decisão do Relator.

1.27 Processo: Notícia de Fato (PI) 0000033-98.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO ENCAMINHADA AO SAC DO MPM, RELATANDO SUPOSTA PERSEGUIÇÃO A MARINHEIRO NAVAL, NO ÂMBITO DO BATALHÃO DE ARTILHARIA DE FUZILEIROS NAVAIS (RIO DE JANEIRO/RJ), CULMINANDO COM O LICENCIAMENTO DO REPRESENTANTE DAS FILEIRAS MILITARES. Ausência de indícios da prática de delito militar. Eventual irresignação quanto ao ato de licenciamento é matéria cível/administrativa, a ser demandada no foro adequado, por manifestação volitiva do interessado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.28. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000037-18.2016.2101.
Origem: 1ª PJM Brasília - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. EMPRESA NOTICIANTE ALEGA SUSPENSÃO DE CONTRATO COM O COMANDO LOGÍSTICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (COLOG). Matéria objeto de IPM e de mais 3 sindicâncias. Desnecessário prosseguir no feito. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.29. Processo: Procedimento Administrativo 0000052-34.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO (PI). REPRESENTAÇÃO CONTRA OFICIAL. DESERÇÃO. Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por maioria, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, impedido o Dr. Clauro Roberto de Bortolli, decidiu homologar o arquivamento.

1.30. Processo: Procedimento Administrativo 0000157-36.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.
Decisão: Retirado de Pauta, por Decisão do Relator.

1.31. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000014-53.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SD DESERTOR DO 3º B SUP DE NOVA SANTA RITA/RS PROFERE AMEAÇAS DE MORTE CONTRA MILITARES DA EQUIPE DE CAPTURA. IPM instaurado. Perda de objeto. Arquivamento na origem. Homologação.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento

1.32. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000034-68.2016.2101.
Origem: 1ª PJM Brasília - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. LICENCIAMENTO DE MILITAR DURANTE TRATAMENTO MÉDICO. PEDIDO DE INFORMAÇÕES QUANTO À LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO E REINTEGRAÇÃO ÀS FILEIRAS CASTRENSES. Ausência de indícios de prática de delito militar. Eventual irresignação quanto ao ato de licenciamento é matéria cível/administrativa, a ser demandada no foro adequado, por manifestação volitiva do interessado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.33. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000015-04.2016.1301.
Origem: PJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA ANÔNIMA GENÉRICA CONTRA OFICIAL MÉDICO, DIRETOR DE HOSPITAL DA AERONÁUTICA, RELATANDO ABUSO DE AUTORIDADE. Diligências. Ausência de elementos mínimos de convicção necessários para justificar a instauração de IPM. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por maioria, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, impedido o Dr. Clauro Roberto de Bortolli, decidiu homologar o arquivamento.

1.34. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000014-26.2016.1601.
Origem: PJM Salvador - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. INFORMAÇÕES ACERCA DE ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS, DECORRENTES DE APRESENTAÇÃO DE SUPOSTO INSUBMISSO. Equívoco da administração militar. Civil incluído no excesso de contingente. Ausência de indícios de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.35. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000023-21.2015.1303.
Origem: PJM Santa Maria - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTAS TENTATIVA DE HOMICÍDIO. RETALIAÇÃO CONTRA A VÍTIMA. Diligências foram empreendidas pelo órgão ministerial, do apurado não se verificou a existência de qualquer indício da ocorrência de crime militar. Sucedido já do conhecimento e sob atuação do MP e Justiça Estaduais. Arquivamento na origem. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.36. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000015-56.2016.1801.
Origem: PJM Belém - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. ALEGAÇÃO DE PRÁTICA DE COAÇÃO POR PARTE DE OFICIAIS DO GRUPAMENTO DE FUZILEIROS NAVAIS DE BELÉM (BELÉM/PA). Representante denunciado por fatos investigados em IPM, cujo objeto se relaciona com o mérito do procedimento. Possibilidade de interferência contraprodutiva. Arquivamento homologado
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.37. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000024-57.2016.1201.
Origem: PJM São Paulo - 1º Ofício Geral.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. BASE AÉREA DE SÃO PAULO. DENÚNCIA DE SUPOSTAS PERSEGUIÇÕES À SUBORDINADOS. POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE MAUSTRATOS E ABUSOS DE AUTORIDADE. Diligências pelo MPM. Intimado a depor o noticiante. Prorrogado prazo para noticiante se manifestar. Noticiante quedou-se silente. Ausência de mínimos indícios e inércia do denunciante. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.38. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000022-55.2016.1202.
Origem: PJM São Paulo - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. POSSÍVEL LESÃO CONTRA O MEIO AMBIENTE, NO ÂMBITO DA ESCOLA DE ESPECIALISTAS DA AERONÁUTICA. RETIRADA IRREGULAR DE PALMEIRAS. DEGRADAÇÃO AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. COMANDO DE OFICIAL GENERAL. Atribuição do Procurador-Geral de Justiça Militar, para análise da ocorrência de eventual delito de natureza militar, e do Ministério Público Federal, em relação a eventual delito ambiental. Arquivamento não homologado. Encaminhamento dos autos ao PGJM e de cópia dos mesmos ao Ministério Público Federal, por *declínio de atribuições*.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, deixou de homologar o arquivamento e decidiu pela remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça Militar e de remessa de cópias ao Ministério Público Federal, para as providências que entender pertinentes em sua esfera de atribuição.

1.39. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000028-10.2015.2001.
Origem: PJM Fortaleza - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DELEGADA DA POLÍCIA CIVIL RELATA ANIMOSIDADE, PERSEGUIÇÃO, DA PARTE DE OFICIAL GENERAL CONTRA SEU IRMÃO MAJOR, QUE PROVOCOU, COM SUAS DENÚNCIAS, INSTAURAÇÃO DE IPM, NO ÂMBITO DO SFPC/10 RM - FORTALEZA/CE. Perda de objeto. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.40. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000040-70.2016.1000.
Origem: 1ª PJM Brasília - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTO EXCESSO DE TRABALHO E PERSEGUIÇÕES NO BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO DE BRASÍLIA (BPEB). Inexistência de maiores informações. Desinteresse do autor em prosseguir na demanda. Ausentes elementos que apontem a prática de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.41. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000042-64.2016.2101.
Origem: 1ª PJM Brasília - 3º Ofício Geral.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE DESLIGAMENTO DE SOLDADO DA AERONÁUTICA. Diligências do MPM. Ausência de indícios de crime militar. Matéria da esfera administrativa. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.42. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000041-13.2016.2102.
Origem: 2ª PJM Brasília - 2º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. HIPOTÉTICA IRREGULARIDADE EM LICENCIAMENTO DE MILITAR. SITUAÇÃO JÁ ANALISADA EM OUTROS PROCEDIMENTOS, DEVIDAMENTE ARQUIVADOS. Ausência de indícios de prática de delito militar. Eventual irresignação quanto ao ato de licenciamento é matéria cível/administrativa, a ser demandada no foro adequado, por manifestação volitiva do interessado. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.43. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000055-84.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.
Ementa: NOTÍCIA DE FATO. CONVERSÃO DO AUXÍLIO TRANSPORTE EM BILHETE ÚNICO COM REDUÇÃO DO VALOR DO AUXÍLIO. Ato com fundamento em parecer da AGU ratificado por despacho decisório do Ministro da Defesa. Ausência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.44. Processo: Procedimento Administrativo - PAVPM 0000049-66.2016.1501.
Origem: PJM Curitiba - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE VERIFICAÇÃO DE PRISÃO MILITAR. VISITA DE INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA AO XADREZ DO 27° BATALHÃO LOGÍSTICO (CURITIBA/PR). Tratamento previsto e dispensado aos presos, consentâneo com Recomendação, emanada no ano de 2010, pela PJM/Curitiba/PR. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.45. Processo: Procedimento Administrativo 0000091-66.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075/93, DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO DE MILITARES DA ATIVA DO EXÉRCITO, PELA PRÁTICA DE CRIME MILITAR (POSSE DE ENTORPECENTE).
Atividade de controle externo da atividade da Polícia Judiciária Militar. Arquivamento homologado, diante da constatação da regularidade da atuação da Polícia Judiciária Militar e da remessa do APF, em tempo hábil, ao Juízo Militar.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.46. Processo: Procedimento Administrativo 0000102-15.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075/93, DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO DE MILITAR DA ATIVA DO EXÉRCITO, PELA PRÁTICA DE CRIME MILITAR (POSSE DE ENTORPECENTE). Atividade de controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Arquivamento homologado, diante da constatação da regularidade de atuação da Polícia Judiciária Militar e da remessa do APF, em tempo hábil, ao Juízo Militar.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.47. Processo: Procedimento Administrativo 0000111-56.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075/93, DA PRISÃO DE MILITAR DO EXÉRCITO, PELA PRÁTICA DE CRIME MILITAR (POSSE DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE). Atividade de controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Arquivamento homologado, diante da constatação da regularidade de atuação da Polícia Judiciária Militar e da remessa da comunicação da prisão, em tempo hábil, ao Juízo Militar.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

148. Processo: Procedimento Administrativo 0000129-50.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075/93, DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO DE MILITAR DA ATIVA DO EXÉRCITO, PELA PRÁTICA DE CRIME MILITAR (POSSE DE ENTORPECENTE). Atividade de controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Não explicitação da condição

de Autoridade da Polícia Judiciária Militar, por parte do Presidente do Flagrante, não constando dos autos delegação de competência, ou informação de ser o mesmo Comandante de Unidade Militar, ou exercer a função de Oficial de Dia. Baixa dos autos, para realização de diligência, nesse sentido.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pela baixa dos autos à origem para diligências.

1.49. Processo: Procedimento Administrativo 0000092-20.2016.1105.
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075/93, DA PRISÃO DE MILITAR DO EXÉRCITO, PELA PRÁTICA DE CRIME MILITAR (DESERÇÃO).
Controle externo da atividade de Polícia Judiciária Militar. Arquivamento homologado, diante da constatação da regularidade de atuação da Polícia Judiciária Militar.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.50. Processo: Procedimento Administrativo 0000119-52.2016.1106.
Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado
Relator: Dr. Clauro Roberto de Bortolli.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075/93, DA PRISÃO DE MILITAR DA MARINHA, PELA PRÁTICA DE CRIME MILITAR (DESERÇÃO). Controle externo da atividade da Polícia Judiciária Militar. Arquivamento homologado, diante da constatação da regularidade de atuação da Polícia Judiciária Militar.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador, Dr. José Garcia de Freitas Júnior, declarou finda a reunião às 18h10. Para constar, eu, Renata Rabello Peixoto Cruz, lavrei esta Ata, a qual será assinada por ele e por mim.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JÚNIOR
Coordenador da Câmara

RENATA RABELLO PEIXOTO CRUZ
Secretária

Diário Oficial da União n. 177 Seção 2 pag. 58

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
SECRETARIA

PORTARIA Nº 397, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e pelo artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 290/PGJM, de 5 de dezembro de 2013, resolve:

Designar RENATO GIL AMARAL, servidor requisitado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro/RJ, matrícula nº 1493-1, para exercer a Função de Confiança de Assistente Administrativo Nível I, da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ, Código FC-1 (70226), em decorrência da dispensa do servidor ANTONIO SERGIO BRITO ANDRADE, matrícula 1321-8, ocorrida em de 4 de dezembro de 2015.

GILBERTO BARROS SANTOS

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 122, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos artigos 9º e 117, incisos I e II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o Ofício 2/SIJ/3327, de 06 de setembro de 2016, oriundo da Diretoria da Casa Gerontológica de Aeronáutica Brigadeiro Eduardo Gomes, resolve:

Art. 1º Designar o Doutor AILTON JOSÉ DA SILVA, Promotor de Justiça Militar, titular do 2º Ofício Geral da 3ª Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ, para, no exercício do controle externo da atividade policial, acompanhar o Inquérito Policial Militar instaurado por meio da Portaria CGABEG 52-T/SIJ, de 30 de agosto de 2016, na Casa Gerontológica de Aeronáutica Brigadeiro Eduardo Gomes, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para apurar os fatos descritos no Registro de Ocorrência 064-10454/2016, por meio do qual foram apontados possíveis indícios de crime militar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

ROBERTO COUTINHO

PORTARIA Nº 123, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 140 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e na Resolução n. 56/CSMPM, de 6 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Designar o Doutor ALEXANDRE CONCESI, Subprocurador-Geral de Justiça Militar, para oficiar na Sessão Extraordinária de Julgamento do Egrégio Superior Tribunal Militar, a realizar-se no dia 14 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

ROBERTO COUTINHO

Diário Oficial da União n. 177 Seção 3 pag. 138

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
SECRETARIA- GERAL

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 586/2015

Termo de Credenciamento Nº 586/2015, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO UNIÃO e GENARO TEIXEIRA NASCIMENTO. Objeto: prestação de serviços de saúde (Perícia odontologica). Processo: 1.22.000.001974/2016-63. Elemento de despesa: 33.90.36, Programa de Trabalho: Nº 03301058120040001, Nota de Empenho/MPF: Nº 2016NE000058, de 19Jan2016; Elemento de despesa: 33.90.36, Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001, Nota de Empenho/MPT: n.º 2016NE000093, de 15Jan2016; Elemento de despesa: 33.90.36, Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001, Nota de Empenho/MPM: n.º 2016NE000033, de 04Jan2016; Elemento de despesa: 33.90.36, Programa de Trabalho: Nº 03301210020045664, Nota de Empenho/CNMPF: Nº 2016NE000524, de 15Mar2016. Vigência: 02Set2016 a 01Set2021. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA e, pelo Credenciado GENARO TEIXEIRA NASCIMENTO.

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 590/2015

Termo de Credenciamento Nº 590/2015, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e ROSILENE SESSIN DE FRAGA. Objeto: prestação de serviços paramédicos. Processo: 1.34.001.004022/2016-71. Elemento de despesa: 33.90.36. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: n.º 2016NE000120, de 14/01/2016. Elemento de despesa: 33.90.36. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPT: n.º 2016NE000112, de 20/01/2016, Elemento de despesa: 33.90.36. Programa de

Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: n.º 2016NE000033, de 04/01/2016. Vigência: 06/09/2016 a 05/09/2021. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA, pelo Credenciado ROSILENE SESSIN DE FRAGA.

Diário Oficial da União n. 177 Seção 3 pag. 141

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
DIRETORIA- GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 4º Termo Aditivo ao Contrato Nº- 47/2012-MPM. Processo Nº- : 08160.005620/2016-80. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: Empreiteira Grotto Ltda. CNPJ: 07.724.269/0001-60. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços técnicos profissionais especializados para manutenção preventiva, corretiva e preditiva da cabine primária no edifício sede da Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo/SP. Vigência: 27/8/2016 a 26/8/2017. Data de assinatura: 27/8/2016. Assinam: Rubens Pereira Prado, Diretor-Geral Substituto, pelo MPM e Meire Favoretto D'Ambros, pela contratada.